



## O GÉNERO COMO FACTOR DETERMINANTE DO DISCURSO POLÍTICO POR UMA LEITURA CRÍTICA

**Catarina Santos**

*ISCSP - UTL/Observatório Político*

As mulheres continuam a ser uma minoria em postos de poder e decisão. A esfera política, como representante máximo de poder em Estados democráticos, assume uma importância fundamental, já que tem como papel representar todos os cidadãos, homens e mulheres. Contudo, continuamos a encontrar uma enorme discrepância numérica entre sexos, principalmente tendo em conta o facto de que mulheres e homens terminam a sua formação, muitas vezes superior, em condições de suposta igualdade. E Portugal não é exceção neste choque de realidades. Existe uma tendência quase omnipresente nas sociedades ocidentais para associar à mulher papéis que, de alguma forma, ainda que remota, se relacionem com o papel maternal, condicionando assim o sexo feminino a apenas uma das suas facetas. Mais grave, vemos ainda a transposição do papel privado da mulher para o papel público da mulher, o que não acontece com o sexo oposto, aspeto bastante visível no mundo empresarial e político<sup>1</sup>. A política adquire extrema importância neste aspeto já que representa, simultaneamente, o cargo de poder por excelência, e que através da política que se exercem cargos de responsabilidade e representatividade que dizem respeito a todos os cidadãos e cidadãs, oferecendo assim uma hipótese praticamente garantida de representação perante o Estado. E se, até meados do século XX, as mulheres estiveram privadas de direitos sociais, civis e políticos<sup>2</sup>, hoje, apesar de todas as metas alcançadas, as assimetrias entre homens e mulheres continuam evidentes.

---

Após a II Guerra Mundial, o mundo assistiu ao aparecimento de novas instâncias internacionais concentradas na difusão da filosofia dos direitos do homem e da mulher, da qual é exemplo a Convenção Sobre os Direitos Públicos das Mulheres, baseada num princípio de igualdade entre sexos. Após esta

---

<sup>1</sup>Maria Antónia Pires de Almeida, «Women in Portuguese politics», *Portuguese Journal of Social Science*, 8 (2), 2010 e Mino Vianello & Gwen Moore, *Women & Men in Political & Business Elites - A Comparative Study in the Industrialized World*. Nottingham: SAGE Studies in International Sociology, 2004 e Manuel Lisboa, Graça Frias, Ana Roque, & Sara Dias Cerejo, «Participação das mulheres nas elites políticas e económicas no Portugal democrático (25 de Abril de 1974 a 2004)», *Revista da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas*, 18, 2006.

<sup>2</sup>Maria José Magalhães, *Quem Tem Medo dos Feminismos? (Vol. I)*. Funchal: Nova Delphi., 2008, p.207.



primeira convenção foi também adotada a CEDAW –*Convention on the Elimination of All Forms of Discrimination Against Women*. Este tem sido considerado o “instrumento internacional mais completo respeitante às mulheres”<sup>3</sup>. O seu artigo 7º reconhece explicitamente o direito das mulheres votarem em todas as eleições e serem elegíveis para todos os organismos publicamente eleitos.

No fim dos anos sessenta do século XX teve início na Europa o movimento conhecido como “segunda vaga de feminismo”<sup>4</sup>, concentrado na desigualdade, ainda evidente, entre homens e mulheres na sociedade e no campo específico da política. Os avanços feitos pelas mulheres desde a II Guerra Mundial levaram a melhores condições de ensino e de trabalho e no acesso às suas instituições, coincidindo, ainda, com crescimento económico no continente europeu. Tal fez com que as mulheres, conforme fossem entrando em órgãos e organizações antes reservados aos homens, se fossem apercebendo das desigualdades e da discriminação ainda existentes. Foi neste contexto que na década de 1980 as feministas desafiaram não só a agenda política mas introduziram também uma série de abordagens e de temas no que concerne ao ativismo político, desde assuntos de natureza económica, até aos assuntos de índole ecologista ou pacifista. As abordagens feministas, embora logicamente diferentes entre países, foram mudando gradualmente a estrutura de poder na Europa Ocidental, trazendo não só novos temas, entendidos como “interesses femininos”, para a esfera política, como é o caso do aborto ou da contraceção, mas também, e principalmente, abrindo novas portas que alteraram para sempre a visão tradicionalmente patriarcal da política e da sociedade.

O mundo político, entenda-se como o mundo de uma elite política, está rodeado de uma série de barreiras que, no caso das mulheres, se impõem ainda mais, muitas vezes sob a forma de “tetos de vidro”<sup>5</sup>, ou seja, obstáculos invisíveis relativos à ascensão. De facto, fatores, como o monopólio político dos homens e o ambiente agressivamente competitivo, considerado característico do sexo masculino (Vianello & Moore, 2004, p. 3), podem constituir fortes obstáculos à entrada e permanência das mulheres na política, ainda consideradas “o outro”. São estes mesmos estereótipos de género que colocam as mulheres numa situação duplamente condicionada, já que são criticadas quer adotem estilos de liderança estereotipadamente masculinos, quer adotem estilos de liderança estereotipadamente femininos, sendo que muitas vezes esta crítica é mais dura da parte de outras mulheres<sup>6</sup>. Contudo, é curioso

<sup>3</sup>Christine Ockrent, *O Livro Negro da Condição das Mulheres*, Lisboa: Círculo de Leitores, 2007, p.553

<sup>4</sup>Ruth Henig & Simon Henig, *Women and Political Power - Europe since 1945*, London: Routledge, 2001, p.23.

<sup>5</sup>Maria Helena Santos, *Do Défice de Cidadania à Paridade Política - Testemunhos de Deputados e Deputadas*. Porto: Edições Afrontamento, 2011, p.55.

<sup>6</sup> Agneta Fischer, Rafael Mosquera, Annelie van Vianen & Antony Manstead, «Gender and Culture Differences in Emotions» em *Emotion*, pp. 87-94, 2004.

verificar que quando os homens entram em contextos tradicionalmente dominados por mulheres, geralmente estes não encontram o mesmo tipo de problemas com que as mulheres se deparam em situação análoga<sup>7</sup>.

Apesar da discriminação sofrida, e através de uma abordagem de género, podemos identificar, no contexto nacional, dois tipos de discurso das mulheres na política em Portugal<sup>8</sup>: o discurso essencialista/individualista e o discurso coletivista/resistência. O primeiro caracteriza-se pela negação da discriminação na sua trajetória de mobilidade ascendente, diferenciando-se das outras mulheres, a que reconhecem a discriminação, e por uma legitimação meritocrática do sucesso profissional. Já no segundo discurso, as mulheres assumem a discriminação de que foram e são vítimas e realçam as dificuldades que encontraram para atingir uma posição de topo, afirmando que foram essas mesmas dificuldades que formaram as suas características pessoais. A estas perceções acresce ainda o suposto sistema meritocrático, dominante na sociedade ocidental, que se baseia na ideia de que os indivíduos chegam até onde o mérito lhes permite. Acontece que no contexto político, o próprio conceito de “mérito” é percebido como um atributo naturalmente masculino, o que desconstrói por si a suposta neutralidade da meritocracia, mostrando que, pelo contrário, a avaliação política é baseada numa ideologia de género<sup>9</sup>.

No caso da perceção da discriminação, os *tokens*, as poucas mulheres que conseguiram ter sucesso em ambientes tradicionalmente masculinos, jogam um papel fundamental, já que o contexto de *tokenism*, embora discriminatório, não é sentido dessa forma pelas pessoas, particularmente pessoas com baixo estatuto social. Os *tokens* servem antes de prova justificatória da não existência de discriminação, sendo assim apoios incondicionais da estrutura social<sup>10</sup>. De facto, pelas suas características (i.e., por não ser um contexto nem totalmente aberto, nem totalmente fechado), o contexto provoca ambiguidade e incerteza, podendo conduzir a uma discrepância entre realidade real e realidade percebida<sup>11</sup>. Esta mesma discrepância na perceção da discriminação por parte das próprias mulheres, tem-se refletido, muitas vezes, nos seus discursos em torno destas questões.

## DISCURSO POLÍTICO

---

<sup>7</sup>Mino Vianello & Gwen Moore, *Women & Men in Political & Business Elites - A Comparative Study in the Industrialized World*. Nottingham: SAGE Studies in International Sociology, 2004, p.4.

<sup>8</sup>Maria da Conceição Nogueira, «Os discursos das mulheres em posições de poder». *Cadernos de Psicologia Social do Trabalho*, 9 (2), 2006, p.64.

<sup>9</sup>Maria Helena Santos, *Género e Política: Fatores Explicativos das Resistências à Igualdade – Doutoramento em Psicologia Social e das Organizações*. Lisboa: ISCTE - IUL, 2010, p.57.

<sup>10</sup>Maria Helena Santos, *Do Défice de Cidadania à Paridade Política - Testemunhos de Deputados e Deputadas*. Porto: Edições Afrontamento, 2011, p.55

<sup>11</sup>Maria Helena Santos, *Género e Política: Fatores Explicativos das Resistências à Igualdade – Doutoramento em Psicologia Social e das Organizações*. Lisboa: ISCTE - IUL, 2010, p.89.

O discurso político pode ser definido e identificado pelos seus autores ou atores, políticos, e pelos seus recetores, que de um ponto de vista interaccional são as massas, cidadãos e cidadãs, que se podem estender a outros públicos como os votantes, grupos de pressão ou organizações e instituições que, em certo sentido, fazem parte do processo político. O discurso político é também uma prática contextual e contém uma série de implicações, motivações e objetivos específicos, como por exemplo tomar ou influenciar decisões que por sua vez irão afetar uma grande camada populacional<sup>12</sup>.

Análise de discurso é uma designação comum a múltiplas formas de analisar a relação entre o sentido e a linguagem, tratando basicamente da desconstrução e construção de textos<sup>13</sup>. Para Héber Araújo analisar um texto é ler as suas entrelinhas, “percorrer o caminho pelo qual o discurso de materializa na estruturação do texto<sup>14</sup>, no que se refere à análise do discurso como uma aprendizagem na qual deslinearizamos o texto para restituir, sob a superfície lisa das palavras a profundidade complexa de indícios de um passado. A análise crítica pretende assim mostrar conexões que podem estar escondidas ao público, como as conexões entre linguagem, poder e ideologia; foca-se nos elementos linguísticos e nas determinantes no sistema de relações sociais em que este está inserido bem como nos possíveis efeitos que poderá ter nesse sistema<sup>15</sup>.

Assim, a análise de discurso é uma *cross-discipline*<sup>16</sup> que funciona em vários tipos de discurso (não só o político), segundo a qual a conversação obedece a uma estrutura social. A estrutura social destaca-se como um dos aspetos fundamentais na análise de discurso já que “o fenómeno linguístico é social no sentido em que sempre que alguém fala, ouve, escreve ou lê, fá-lo de forma socialmente determinada produzindo, por sua vez, efeitos sociais”<sup>17</sup>. A análise de discurso pode ser entendida como a análise de textos (escritos ou falados), processos de interpretação e produção e contextos sociais e situacionais e as relações existentes entre todos estes elementos.

A teoria e prática apresentadas por Fairclough são também fundamentalmente baseadas na ideia de que o discurso é uma forma de exercer poder ideológico, que o autor refere como o poder de projetar uma prática como universal e “senso-comum”. Neste sentido, e quanto ao contexto

---

<sup>12</sup>Teun A. Van Dijk, «What is Political Discourse Analysis?», em *Discourse in Society - Website of Teun A. Van Dijk*: <http://www.discourses.org/OldArticles/What%20is%20Political%20Discourse%20Analysis.pdf>. (obtido em maio de 2012), 1998, p. 16.

<sup>13</sup>Anabela Carvalho, «Opções Metodológicas em Análise de Discurso: Instrumentos, Pressupostos e Implicações» em *Comunicação e Sociedade*, 14 (1-2), 2000, pp. 143-156.

<sup>14</sup>Héber Araújo, «Análise do Discurso da Campanha Publicitária de Barack Obama nas Eleições Norte-Americanas». Obtido em março de 2012, de *BOCC - Biblioteca Online de Ciências da Comunicação*: <http://www.bocc.ubi.pt/pag/bocc-heber-discurso-obama.pdf> (obtido em março de 2012), 2009, p.3.

<sup>15</sup>Norman Fairclough, *Language and Power*, 1996, New York: Longman, Inc, p. 5.

<sup>16</sup>Ídem.

<sup>17</sup>Ídem, p.19.



social, Fairclough refere ainda a influência do sistema capitalista na naturalização de comportamentos e práticas, muitas vezes refletidas nos tipos de discurso. Este processo de naturalização dá-se não só ao nível das palavras mas também ao nível de situações e rotinas de interação sociais<sup>18</sup>: na restrição de conteúdo no discurso e, a longo prazo, no conhecimento e crenças de uma sociedade, no caso das palavras; as restrições de interações de discurso e à consolidação de imagens de ordem social no que toca a situações e interações sociais.

Virtualmente qualquer tópico pode ser abordado num discurso político, sendo que existe uma tendência natural para o futuro do que para o passado, dada a própria natureza do processo político, sempre numa perspectiva de mudança, do pior para o melhor, sendo este um aspeto basilar do conteúdo dos discursos<sup>19</sup>. Por outro lado, são muitas vezes feitas avaliações e comparações descritivas em relação a outros atores ou organizações políticos face ao emissor, numa polarização semântica e ideológica, uma espécie de “nós” *versus* “eles”. Estas comparações implicam logicamente o uso de argumentos não imparciais ou mesmo tendenciosos, visto que são expostos e perspectivados por uma das partes, traduzindo isto num “nós somos bons e eles são maus”, avaliações positivas do emissor e do seu grupo ou organização e negativização dos “outros”<sup>20</sup>. Estas diferenciações podem ser feitas invocando, por exemplo, o conceito de nação ou de povo, numa perspectiva nacionalista e populista, ou ainda os próprios valores e princípios democráticos, muitas vezes com ênfase em aspetos mais sensíveis como, por exemplo, a referência a minorias ou a qualidades como a tolerância.

Assim, embora aparentemente exista uma evolução no sentido de um *power based system* para um *solidarity based system*, não caminhamos ainda para o fim das relações desiguais<sup>21</sup>, dado que a própria ideia de solidariedade e cooperação transmitida nos discursos pode inclusivamente fazer parte da estratégia do emissor. São assim introduzidos no discurso *assumpções* e aspetos ideológicos propositadamente tratados como senso-comum, dando uma ideia imaginária de pertença, mas que na verdade contribuem para a manutenção das relações de poder existentes, embora as pessoas não estejam conscientes desse facto. Isto é conseguido através da coerência<sup>22</sup>, que por sua vez se encontra relacionada com as conexões existentes num discurso, tanto entre partes sequenciais do texto como entre o texto e o mundo, ou seja, coerência funcional e condicional, respetivamente (Van Dijk, 1998, p. 31). Estas

---

<sup>18</sup> Ídem, p.105.

<sup>19</sup> Teun A. Van Dijk, «What is Political Discourse Analysis?», em *Discourse in Society - Website of Teun A. Van Dijk*: <http://www.discourses.org/OldArticles/What%20is%20Political%20Discourse%20Analysis.pdf>. (obtido em maio de 2012), 1998, p. 27.

<sup>20</sup> Ídem, p.29.

<sup>21</sup> Norman Fairclough, *Language and Power*, 1996, New York: Longman, Inc.

<sup>22</sup> Ídem, p. 77.





conexões são estabelecidas na interpretação através da ligação do discurso com o *background*, suposições e expectativas, pensadas na fase da produção através de *clues* não implícitas, de forma a gerar senso-comum: desta forma, o mundo é contextualizado de determinada maneira, com uma premissa teórica e filosófica do mundo, o que faz com que por sua vez seja interpretado de forma particular. No entanto, Van Dijk aponta alguns aspetos pertinentes a serem tidos em consideração: no “nós” *versus* “eles” referido anteriormente; há uma tendência para que os tópicos sejam apresentados para o “nós” de uma forma mais explícita e positiva, enquanto que para “eles”, serão enunciados de forma mais subtil e negativa; por outro lado as “nossas” boas ações são tratadas com detalhe e os aspetos menos positivos abordados superficialmente, sendo o contrário aplicável ao “eles”.

Tendo em conta que temos vindo a assistir a uma perda de significância do *hard-power* (correspondente à coerção) para o *soft-power* (correspondente à influência por meios culturais ou ideológicos), não é de estranhar a importância do discurso no estabelecimento de relações de poder, principalmente entre políticos e população, dando muitas vezes a ideia de integração da população. De facto, segundo Fairclough, uma das características qualitativas do discurso contemporâneo é exatamente a sua tendência para a simulação de igualdade, por exemplo, o uso do “nós”, de forma a obter o consentimento da população como veículo de legitimação de práticas e comportamentos e, a um nível mais profundo, da própria ideologia. Assim, a ideologia é tanto mais eficaz quanto menos visível<sup>23</sup>, sendo o poder, atualmente, “o poder de disfarçar o poder”<sup>24</sup>. O uso do “nós” é também referido por van Dijk no que se refere à construção semântica e de sintaxe no discurso, que afirma que o uso dos pronomes varia consoante o interesse do emissor<sup>25</sup>.

O próprio capital simbólico do universo político é construído com base num crédito fundamentado na crença e no reconhecimento<sup>26</sup>. O funcionamento mecânico de uma ideologia baseia-se na ideia da construção de elementos coerentes, sendo que a luta ideológica se dá através do uso da linguagem. O objetivo de cada força política é que o seu discurso seja aceite como dominante, como norma, para que a sua visão do mundo seja a natural, facilitando assim o processo de legitimação através da naturalização. Assim sendo, o senso-comum depende, em grande parte, de quem exerce poder e domínio sobre uma sociedade, sendo que este senso-comum chega mesmo a estar ligado com o próprio significado das palavras que, naturalmente, tem

---

<sup>23</sup> Ídem, p.85.

<sup>24</sup> Ídem, p.52.

<sup>25</sup> Teun A. Van Dijk, «What is Political Discourse Analysis?», em *Discourse in Society - Website of Teun A. Van Dijk*: <http://www.discourses.org/OldArticles/What%20is%20Political%20Discourse%20Analysis.pdf>. (obtido em maio de 2012), 1998, p. 54.

<sup>26</sup> Carlos Piovezani, «Metamorfoses do Discurso Político Contemporâneo: Por uma Nova Perspetiva de Análise», em *Revista da ABRALIN*, janeiro/julho 2007, p. 119.

efeitos práticos no discurso<sup>27</sup>. Assim, e apesar de termos o dicionário como “autoridade de significação”, tendo em conta que este estabelece a linguagem *standard*, estas significações variam também consoante a ideologia, sendo não itens isolados, mas construídas com base em relações, sejam elas de contraste ou semelhança.

A nível de produção, existem tipos e modelos de discurso previamente estabelecidos, forçando o emissor a aprender e encaixar a sua mensagem dentro desses moldes, tendo que para isso adaptar conteúdos, ou mesmo temas, a uma formalidade que poderá afetar a mensagem. Esta afetação dá-se ao nível da interpretação se considerarmos que grande parte da população não dispõe de conhecimentos tão vastos ou tão específicos que lhes permita decodificar a mensagem do discurso, podendo isto levar à incompreensão e, em casos mais extremos, ao alheamento, bastante evidente no nível político.

A formalidade no discurso político é muitas vezes a norma imposta, quer no estabelecimento de relações, quer no tratamento dos conteúdos, sendo as intervenções parlamentares um bom exemplo deste. Para além do tratamento, há que ver a formalidade e o uso de certas expressões como tentativa de cumprimento de objetivos políticos, sendo exemplo disso a persuasão ou mesmo o estabelecimento de certas posições ou ideologias políticas, dando ênfase ou não a certos aspetos do discurso, focando determinados assuntos e não outros, para conseguir o consentimento e a legitimação da opinião pública ainda que esta seja, muitas vezes, manipulada para esse mesmo propósito<sup>28</sup>.

Na análise do discurso, há ainda a ter em conta o forte impacto da evolução tecnológica na produção e interpretação deste objeto de análise, nomeadamente de discursos políticos. O aparecimento da televisão, aliado à gravação<sup>29</sup> permitiu, por um lado, um acesso mais alargado aos discursos por parte da população mas, por outro, permitiu que os emissores do discurso (neste caso particular, políticos) adquirissem mais consciência do seu próprio discurso e de como este é percebido pela população, tendo havido mudanças significativas nas práticas de produção e interpretação dos discursos políticos. Isto poderá fazer, por exemplo, com que os discursos se tornem cada vez menos naturais, já que permite aos políticos uma autocorreção muito mais eficaz. A televisão em particular oferece uma certa “proximidade distante”, já que embora a população esteja excluída dessa fase de discussão e tomada de decisão, pode observar e monitorizar os políticos

---

<sup>27</sup>Norman Fairclough, *Language and Power*, 1996, New York: Longman, Inc, p. 95.

<sup>28</sup>Teun A. Van Dijk, «What is Political Discourse Analysis?», em *Discourse in Society - Website of Teun A. Van Dijk*: <http://www.discourses.org/OldArticles/What%20is%20Political%20Discourse%20Analysis.pdf>. (obtido em maio de 2012), 1998, p.25.

<sup>29</sup>Carlos Piovezani, «Metamorfoses do Discurso Político Contemporâneo: Por uma Nova Perspetiva de Análise», em *Revista da ABRALIN*, janeiro/julho 2007, p. 117.

durante estes mesmos processos. Assim sendo, o corpo político é uma voz, um rosto e uma silhueta, sempre sob controlo, quer pelo público, quer por si mesmo.

Mas também os códigos visuais podem ser controlados. O controlo tem sido facilitado com a gravação e visualização de dados audio-visuais, que permitem uma autocorreção mais eficaz e também com o crescente número de profissionais especializados nestas e noutras matérias relacionadas com a imagem das figuras políticas. Cada vez mais classe política é avaliada não só pela sua ideologia ou outros aspetos do seu “eu político” mas também pelo reflexo desses mesmos aspetos na esfera mediática, havendo ainda uma difusão cada vez mais agravada das barreiras que diferenciam, neste aspeto, o público do privado, havendo por isso uma personalização da política. Por outro lado o “corpo político caracteriza-se por uma incessante busca de credibilidade e legitimidade” enquanto que o “capital social no universo político consiste numa espécie de crédito fundamental na crença e no reconhecimento”<sup>30</sup>, havendo por isso uma intensificação dos procedimentos de legitimação, cada vez mais através do discurso e dos seus elementos circundantes.

Apesar das diversas teorias mais biologizantes, que apontam o sexo como único fator diferenciador, e embora os fatores biológicos e sociais não se excluam mutuamente, se a biologia desempenhasse de facto um papel relevante, existiriam dados e padrões mais uniformes independentemente do contexto geográfico. No estudo realizado por Fischer, Mosquera, van Vianen e Manstead alguns aspetos emocionais revelam-se praticamente universais, como o “chorar”, mais associado à mulher enquanto que outros se mostram determinados por papéis sociais desempenhados dentro de um contexto cultural, caso do antagonismo dos homens ocidentais<sup>31</sup>.

Tendo em conta os papéis de género, Arménio Rego afirma que enquanto as mulheres aprendem hábitos conversacionais que privilegiam as relações como redes de conexões, os homens veem a conversação como uma negociação na qual necessitam demonstrar a sua superioridade. Finalmente, de acordo com a psicologia evolucionista, as diferenças entre homens e mulheres têm origem nas propensões, necessidades e conflitos associados às estratégias reprodutivas de cada sexo. Por exemplo, a agressividade comunicacional dos homens está associada à competitividade e seleção de fêmeas, sendo que o sexo masculino não é capaz de se libertar dos determinantes da base biológica do seu comportamento.

---

<sup>30</sup> Ídem, p.118.

<sup>31</sup> Agneta Fischer, Rafael Mosquera, Annelie van Vianen & Antony Manstead, «Gender and Culture Differences in Emotions» em *Emotion*, pp. 87-94, 2004, p.92.





Existe assim, e partindo novamente de uma perspectiva biologizante, uma tendência para associar à mulher certo tipo de comportamento, normalmente mais relacionado com as emoções, mediadoras e constituintes de relações sociais, um dos fatores que condicionam as mulheres na entrada em posições de poder. Stephanie A. Shields refere que esta associação não é mais do que um processo social, uma característica adquirida na formação dos indivíduos no que denomina de “aquisição e prática de comportamento codificado de género”<sup>32</sup> e que é esta separação em termos de comportamento emocional que normalmente define e separa homens e mulheres. Por outro lado, a adoção de um certo “papel” emocional socialmente construído vai afetar também a própria forma de interpretar essas mesmas emoções, moldada por estereótipos.

A autora denota ainda outro aspeto importante: embora a consciência e a linguagem não façam parte do que chama a “experiência emocional” são exatamente estes dois aspetos que constam nos estudos, já que o investigador não pode medir as emoções, apenas as representações que lhe são dadas pelos indivíduos e que no fundo não são mais do que autorrepresentações bastante subjetivas<sup>33</sup>. Como proposta de resolução do problema, Shields aponta o contexto não só como parte da análise, mas como centro da mesma, ou seja, em vez de nos perguntarmos “quem é mais emocional?” devemos perguntar-nos “nestas circunstâncias, o género é relevante?”<sup>34</sup>.

Outros estudos revelam ainda que existe um maior expressar de emoções por parte das mulheres, bem como disponibilidade para falar sobre elas diretamente; contudo, estas emoções não são apenas as que estão vulgarmente associadas ao género feminino como, por exemplo, a agressividade. Há a referir neste ponto que a perceção destas emoções varia também conforme o género de quem as transmite, já que as mulheres são muito mais julgadas pelas emoções que demonstram, revelando também, mais do que os homens, especialmente em fases mais avançadas de crescimento, uma maior tendência para seguirem as normas de conduta de emoções socialmente estipulada, que são vistas pelas mulheres como a transmissão de emoções positivas<sup>35</sup>, sendo que estas esperam sanções negativas caso não as demonstrem. Isto releva-se também na conceptualização das emoções se tivermos em conta que o nome que se dá a uma dada emoção é, em si mesmo, uma forma de a classificar, existindo uma tendência para exacerbar e por vezes ridicularizar as emoções nas mulheres e racionalizá-las nos homens; numa

---

<sup>32</sup>Stephanie Siels, Thinking About Gender, «Thinking About Theory: Gender and Emotional Experience» em Agneta Fischer, *Gender and Emotion: Social Psychological Perspectives*, Paris: Cambridge University Press, 2000, p.7.

<sup>33</sup>Yulia Dutton & Jeanne Tsai, «Gender Differences in Emotional Response Among European Americans and Among Americans». *Cognition and Emotion*, 21 (1), 2007, 163.

<sup>34</sup>Stephanie Siels, Thinking About Gender, «Thinking About Theory: Gender and Emotional Experience» em Agneta Fischer, *Gender and Emotion: Social Psychological Perspectives*, Paris: Cambridge University Press, 2000, p.8.

<sup>35</sup>Ursula Hess, Robert Kleck & Reginald Adams, Jr., «Facial Appearance, Gender, and Emotion Expression». em *Emotion*, 4 (4), 2004, p. 378.



mesma circunstância, uma mulher poder ser, por exemplo, definida superficialmente como “histérica”, enquanto que nos homens se procura uma explicação para a agressividade ou o nervosismo<sup>36</sup>.

Estas diferenças e relativizações condicionam não só as relações interpessoais que se estabelecem entre homens e mulheres, como condicionam as instituições sociais no que toca a desigualdades de género já que às emoções ditas femininas como a ansiedade ou tristeza estão associados papéis com menos *status*<sup>37</sup> que são também os que representam menos poder. Já as supostas emoções masculinas como a agressividade e orgulho estão associadas a posições de *status* mais elevado, representando por isso mais poder. Este facto revela-se inclusivamente pelos traços faciais ligados a determinados papéis, sendo que os que são geralmente relacionados com posições de poder são também associados ao sexo masculino e os traços mais carinhosos, mais acessíveis e mais passivos estão associados ao sexo feminino<sup>38</sup>.

São precisamente os estereótipos de género que facilitam a justificação da desigualdade entre homens e mulheres, havendo uma transposição do plano interpessoal para o plano público e, neste caso, para o plano político no que toca ao estabelecimento de uma hierarquia de género<sup>39</sup>, com clara vantagem para os homens. As mulheres continuam a ser associadas a “questões de compaixão”, ligadas a “traços femininos” - sociáveis, afetuosas e compassivas - provenientes do desempenho tradicional do seu papel social. Por outro lado, os homens são associados a características como a autoconfiança, a agressividade, a racionalidade ou a determinação, sendo-lhes por isso atribuídos papéis como resolução de questões de defesa, política externa ou impostos. Embora esta distinção possa não ser considerada discriminatória, uma vez que pode ser vista como o reflexo do igual reconhecimento no mundo político, em diferentes áreas do conhecimento, não necessariamente menos importantes, observa-se que os traços masculinos são preferidos aos femininos no contexto político.

A situação das mulheres é duplamente condicionada, empurrando-as muitas vezes para fora das esferas de decisão, criticadas caso adotem um estilo de liderança feminino e criticadas se caso adotem um estilo mais masculino. O sexo, embora por vezes se reflita em modos de ação diferentes, não condiciona de todo a aptidão política das mulheres, apresentando-se estas como um complemento necessário a uma sociedade democrática. Na política existem

---

<sup>36</sup>Stephanie Shields, Thinking About Gender, «Thinking About Theory: Gender and Emotional Experience» em Agneta Fischer, *Gender and Emotion: Social Psychological Perspectives*, Paris: Cambridge University Press, 2000, p.16.

<sup>37</sup>Agneta Fischer, Rafael Mosquera, Annelie van Vianen & Antony Manstead, «Gender and Culture Differences in Emotions» em *Emotion*, pp. 87-94, 2004, p.88.

<sup>38</sup>Ursula Hess, Robert Kleck & Reginald Adams, Jr., «Facial Appearance, Gender, and Emotion Expression», em *Emotion*, 4 (4), 2004, p. 379.

<sup>39</sup>Maria Helena Santos, *Género e Política: Fatores Explicativos das Resistências à Igualdade – Doutoramento em Psicologia Social e das Organizações*. Lisboa: ISCTE - IUL, 2010, p.100.



outros aspectos mais importantes a ter em conta, nomeadamente a orientação ideológica dos indivíduos, na medida em que estes são de facto representante, no caso dos deputados e deputadas, de um determinado partido e, numa escala maior, de uma ideologia política geral, não podendo dela ser dissociados. A ideologia, ao contrário do sexo, condiciona o discurso na medida em que constitui um reflexo das crenças políticas e sociais profundas de um indivíduo, sendo este homem ou mulher; por outro lado, o sexo não é à partida condicionante da escolha de uma ideologia ou de um tipo de discurso, sendo por isso um aspecto praticamente irrelevante na transmissão de ideias políticas.

Sendo assim o discurso político a ferramenta por excelência da transmissão de ideias é pertinente, e mesmo necessário, usá-lo também como base de análise de preconceitos, explorando os seus fundamentos, partindo da teoria para a realidade, em estudos empíricos que testem os nossos argumentos, criando assim novos paradigmas em torno da questão do género, da política e da política de género. Haverá ainda um longo caminho a percorrer no que toca à desconstrução de estereótipos e, para que a democracia o seja de facto, torna-se necessário fazer esse exercício, através de uma valorização de todos os cidadãos e cidadãs, sendo que para que esta condição de igualdade seja aceite e duradoura numa democracia, o exemplo terá neste caso que partir do seu reflexo, a Assembleia e o campo de decisão política.



**OBSERVATÓRIO POLÍTICO**

Av. Elias Garcia, nº 123 – 7ºE  
1050-098 Lisboa PORTUGAL  
Telf. (00351) 21 820 88 75  
geral@observatoriopolitico.pt

Para citar este trabalho/ To quote this paper:

Santos, Catarina «O Género Como Factor Determinante do Discurso Político – Por uma Leitura Crítica», *Working Paper #25*, Observatório Político, publicado em 28/03/2013, URL: [www.observatoriopolitico.pt](http://www.observatoriopolitico.pt)

**Aviso:**

Os working papers publicados no sítio do Observatório Político podem ser consultados e reproduzidos em formato de papel ou digital, desde que sejam estritamente para uso pessoal, científico ou académico, excluindo qualquer exploração comercial, publicação ou alteração sem a autorização por escrito do respectivo autor. A reprodução deve incluir necessariamente o editor, o nome do autor e a referência do documento. Qualquer outra reprodução é estritamente proibida sem a permissão do autor e editor, salvo o disposto em lei em vigor em Portugal.